

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

22 FEV 2010

Protocolo 002/10

Processo 002/10

Recebido. Autue-se
e inclua em pauta.
Em 22/02/2010

1º Secretário

PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO

Nº 115/10

AUTOR: DEPUTADO VALTER ARAÚJO

***Determina a realização de consulta
plebiscitária, referente a criação do
município de Tarilândia.***

Art. 1º - Fica determinada a realização do plebiscito destinado a consultar a população interessada, relativamente a criação do município de Tarilândia, a desmembrar-se da área territorial dos municípios de Jarú e Governador Jorge Teixeira, ratificando os termos dos Decretos Legislativos nº 109 de 10 de março de 1994 e 159 de 08 de maio de 2002.

Art. 2º - O município de Tarilândia, tem seus limites assim definidos: começa no rio Rio Jarú na foz do rio Canarana; sobe o rio Canarana até encontrar a reta que parte da cabeceira do Igarapé Esmeril e atinge ponto onde o paralelo 10º 21'16" corta o Igarapé do Paraíso; segue a dita reta até encontrar o Ribeirão da Trincheira até suas nascentes, no divisor de águas até o divisor de águas dos rios Jamari/Cautário, na Serra dos Pacaás Novos; segue por este divisor de águas até as nascentes do rio Alto Jamari; desce por esse rio até o Rio Jamari; desce o Rio Jamari até o Igarapé Estirão; sobe o Igarapé Estirão até as nascentes, na Serra da Pedra Branca; segue o divisor de águas da Serra Pedra Branca até as nascentes do Rio Couto Magalhães ou São Francisco; desce o rio Couto Magalhães ou São Francisco até o rio Jarú; desce o rio Jarú até o Rio Canarana; ponto de partida.

Parágrafo Único: A consulta plebiscitária de que trata o *caput* deve ser realizada no prazo máximo de 12 meses a contar da publicação deste Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Plenário das Deliberações, 09 Fevereiro de 2010.


VALTER ARAÚJO
DEPUTADO ESTADUAL

PROTOCOLO

PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO

Nº

AUTOR: DEPUTADO VALTER ARAÚJO

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados, devemos ressaltar que o distrito de Tarilândia, preenche e supera todas as exigências estabelecidas na lei Complementar nº 31, de 10 de janeiro de 1990, que “Estabelece requisitos para criação, desmembramento, fusão, incorporação e extinção de municípios”, entre eles o número de habitantes, de eleitores e de casas no centro urbano.

Em anexo, segue dados do IBGE, e do TRE que comprovam que aquela região apresenta plenas condições de emancipar politicamente o distrito de Tarilândia, além de abaixo-assinado, com centenas de assinaturas de eleitores que desejam fervorosamente a criação do município de Tarilândia.

Ademais, as potencialidades econômicas da região de Tarilândia indicam que a região não só terá a sua autonomia com a emancipação política, mas será um município forte, com todas as condições de proporcionar aos seus munícipes atendimento em setores vitais para o desenvolvimento sócio econômico, implementando ações em atividades agropecuárias, prestando um melhor atendimento nas áreas de saúde, educação e assistência social e, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida de todos os seus habitantes.

Esses são os motivos que nos levaram a apresentar o projeto que determina a realização de plebiscito para a emancipação do distrito de Tarilândia, para o qual contamos com o apoio e voto dos Nobres Pares para a sua aprovação.